

O entremear da prática cidadã: educação e comunicação em prol de uma cidadania ativa¹

Mariana do Vale MOURA²
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

O presente artigo, por meio de um estudo teórico, pretende discutir como os conceitos de educação, comunicação, mídia e educação se relacionam entre si e ao mesmo tempo são essenciais para existência de uma cidadania plena. O objetivo é refletir como a educação é afetada, na sociedade contemporânea, pela presença constante da mídia e qual o papel da comunicação nessa trama de relacionamentos. Um dos possíveis caminhos encontrados para compreender e tentar passar para um plano de transformação da realidade local foi a de incorporar a educomunicação no dia-a-dia escolar.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação; mídia; educação; educomunicação.

Introdução

A educação enquanto tema é sempre alvo de discussões dentro do conhecimento científico e de seus mais variados campos de estudo, perpassando, também, as discussões que acontecem em âmbito de senso comum. A hipótese que levantamos para tentar compreender essa grande vontade de se discutir a educação, sua importância, ou os prejuízos por falta de qualidade e investimentos na área, é de que a educação permeia várias esferas da nossa sociedade e que isso faz com que não possamos compreendê-la isoladamente, apenas fechada dentro de uma escola, por exemplo.

Sendo assim, a educação perpassa a esfera social, cultural, política, comunicacional, midiática, da saúde, do lazer, enfim, perpassa tudo o que nos constitui enquanto homem, ser humano e ser social. Talvez, esse perpassar da educação pelas esferas da sociedade fique mais claro ao trazemos a percepção de Demerval Saviani que por uma perspectiva histórico-crítica da pedagogia acredita que

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás, email: nanavmoura@gmail.com

O homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Conseqüentemente, se a natureza humana não é garantida pela natureza, ela tem que ser produzida historicamente pelos próprios homens, o que significa que aquilo que chamamos de “natureza humana” não é algo dado ao homem, mas é por ele produzido sobre a base da natureza biofísica. (SAVIANI, 2013, p. 250)

Se o homem é um ser histórico, social, econômico e preenchido por tudo que esteve antes de si mesmo, como podemos ignorar isso e considerar que uma criança só começa a aprender na escola? E tudo o que ela aprendeu do e no mundo antes? Se a constituição do homem perpassa pelos “*a priori*” físico, biológico, social, por que não podemos pensar em um “*a priori*” comunicacional/midiático? Considerando que a educação do homem coincide com a sua origem, na perspectiva da comunicação podemos acreditar que também é coincidente com a origem do homem. Braga nos diz que

A comunicação é conatural ao ser humano. Não há sociedade, não há comunidade, sem comunicação entre os homens. Para agir em comum os seres humanos interagem. Desde que se pode identificar a existência de grupos humanos na pré-história mais remota, existe “comunicação social”. Em contraste com este truismo, entretanto, é interessante perceber que esta questão - de como os homens se comunicam - só se coloca na sua forma atual a partir do início do século XX. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 14)

Apesar de aparentar certa obviedade, essa asserção é muito importante para a comunicação. Se considerarmos a comunicação aspecto intrínseco ao ser humano, podemos considerar a educação também, pois desde que nascemos começamos a aprender e apreender as coisas do mundo, a entender os signos que nos são expostos. É, nesse sentido, que podemos compreender a comunicação e a educação como parte fundante e fundamental do ser humano.

Porém, a comunicação transbordou a esfera apenas de interação entre homens, e passou a ser muito mais com o advento de toda tecnologia comunicacional, com os meios de comunicação e a mídia. E esse “ser mais” da comunicação na era da sociedade da informação interfere diretamente nos processos educacionais formais e informais. O aprendizado não se limita mais ao espaço escolar, o mundo é a escola, e a comunicação tem um papel fundamental de disseminar informações em tempo real - ainda mais com a internet.

Sendo assim, o intuito desse artigo é, a partir de um estudo teórico inicial, investigar como a educação, comunicação, mídia e educomunicação se relacionam em um contexto de ensino formal.

A educação enquanto direito: uma busca pela compreensão do que é ser cidadão a partir da educação

Quando fazemos um *brainstorm* pensando em educação várias palavras nos vem à mente. como: ensino, professor, escola, afeto, caminho, autonomia, responsabilidade, poder, sala de aula, direito, dificuldade, sociedade, gratidão, livro, política, cidadania, entre tantas outras, que perceberemos que muitas vão surgir e que há uma diversidade muito grande entre elas, podem vir relacionadas a educação formal ou até mesmo as questões de poder que envolvem o processo educativo.

Agora façamos o mesmo exercício ao pensar em cidadania. As seguintes palavras podem surgir: voto, direito, política, acesso, solidariedade, bondade, responsabilidade, educação, comida, dinheiro, voz, e assim por diante. Nota-se que há uma recorrência de palavras e sentidos em relação à educação, se associarmos esses dois conceitos, educação e cidadania, perceberemos que eles têm muito mais em comum do que aparentam ter. Esse exercício de falar as primeiras palavras que nos vêm à cabeça foi feito com uma turma de colegas do mestrado e as palavras ditas foram reproduzidas neste artigo. Quando jogamos essas duas palavras, separadamente, no dispositivo de busca de imagens do google e obtemos os seguintes resultados:

Pesquisa iconográfica para a palavra educação



Pesquisa iconográfica para a palavra cidadania



Se analisarmos essas imagens perceberemos que vários signos relacionados à educação e à cidadania são comuns como: as mãos dadas; a ideia das mãos construindo um mundo melhor; das crianças fazendo parte dessa construção; da educação, representada pelos livros, como degraus que levam à ascensão do ser humano; do trabalho coletivo; cidadania como papel de todos. Desta forma se analisarmos os sentidos das palavras encontradas anteriormente e juntarmos às imagens encontraremos muitos pontos de comum. Desta forma, podemos intuir ou inferir que a ideia do que compreendemos por cidadania e educação parece estar de alguma maneira ligada uma a outra, e, também, que no imaginário coletivo, talvez comunguem de significados e sentidos semelhantes.

Partimos agora para a compreensão do conceito de cidadania empregado por Marshall que acredita que a cidadania é constituída de três elementos, três direitos, que resumidamente se revelam como:

o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça (...) o elemento político se deve entender o direito de participar do exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo (...) o elemento social se refere a tudo o que vai desde um direito mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64)

Ao delimitar essa essência da cidadania, Marshall indica que a educação está ligada ao direito social e, nesse sentido, aponta a educação “como um objeto apropriado de ação

por parte do Estado, é um serviço de um tipo único” (MARSHALL, 1967, p. 73). Porém, se pensarmos que a educação é um serviço de um tipo único perceberemos que ela toca os outros dois direitos porque é essencial para formar um cidadão crítico e consciente, que consiga exercer o direito político e o direito civil; no sentido, por exemplo, de saber votar, de compreender o que é a liberdade, o que isso garante a ele ou como se valer do seu direito à justiça.

A educação é um direito e é um objeto apropriado de ação por parte do Estado, portanto, a partir de agora vamos tentar compreender como se dá essa ligação entre Estado e educação no Brasil, e como a lei que teoricamente garante aos brasileiros o direito à educação trata o tema.

A LDBEN - Lei de diretrizes e bases da educação nacional de Nº 9394/96 no seu primeiro artigo indica que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Trecho que nos indica que a hipótese levantada no início desse texto, de que a educação permeia as várias esferas da sociedade e que não pode ser compreendida isoladamente, possa ser comprovada.

Ademais, a LDBEN aponta que além do Estado a família é responsável pela educação. O Art.2º traz mais especificamente esse ponto: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Outro trecho importante é destacado nesse momento, que é a finalidade da educação de assegurar o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Desta forma, a LDBEN afirma que uma das funções da educação é preparar os homens e mulheres para o exercício da cidadania.

Elencaremos agora alguns dos principais pontos que a LDBEN assegura à população: 1) uma educação gratuita e obrigatória para todos dos 4 aos 17 anos de idade, o que é equivalente ao período que vai da pré-escola ao ensino médio; 2) atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; 3) oferta de ensino noturno regular para trabalhadores; 4) oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; 5)

programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; 6) padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

E, por fim, o Art. 5º garante que o “acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”.

Ou seja, muitos direitos nós temos assegurados pela lei, porém a aplicação e efetividade dessa lei é que se torna um desafio, e cabe ao cidadão, caso essa aplicação não ocorra, exigir seu cumprimento, conforme aponta o Art. 5º isso também é um direito.

Até então, percebemos que a educação é um direito e que está intimamente ligada ao conceito de cidadania, não só por um viés legal, mas também pela necessidade de preparar a população para um olhar crítico perante a sociedade. Esse olhar crítico, ou consciência política de si e do mundo, é o que levará a uma tomada de consciência para o que é ser cidadão, para a necessidade de se lutar por uma cidadania que reflita sobre os interesses de todos. Mas, como a educação se relaciona com mídia, por conseguinte a comunicação? E como isso interfere no exercício da cidadania? Tentaremos a partir de agora rascunhar elementos que nos ajudem a compreender essas questões.

Mídia

Para tanto, partimos do pressuposto de que a mídia exerce, em maior ou menor grau, influência nos sujeitos. Não cabe, nesse momento, discutir acerca da negatividade ou positividade dessa influência, mas sim articular conceitos que nos ajudem a compreender esse fenômeno.

Sendo assim, partimos para uma análise inicial da relação entre a mídia e a educação na sociedade contemporânea. Na tentativa de compreender como uma esfera é entremeada pela a outra, gerando assim, de acordo com a nossa hipótese, uma mútua e continuação transformação de uma pela outra.

Talvez, essa relação comece a se tornar mais visível se olharmos com os olhos de Moacir Gadotti que nos indica que

frente à disseminação e à generalização da informação, é necessário que a escola e o professor, a professora, façam uma seleção crítica da informação, pois há

muito lixo e propaganda enganosa sendo veiculados. Não faltam, também, na era da informação, encantadores da palavra que desejam tirar algum proveito, seja econômico, seja religioso, seja ideológico. Isso é válido tanto para a educação formal quanto para a educação não-formal. (GADOTTI, 2005, p. 3-4)

Ou seja, a escola e o professor precisam estar preparados para lidar com a mídia, tanto em sala de aula quanto em um contexto de educação não formal, mostrando para os alunos tudo o que envolve a criação e veiculação dos produtos que são produzidos midiaticamente, ainda mais considerando, que

como previa Herbert Marshall McLuhan (1969), na década de 60, o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço rompeu com a ideia de tempo próprio para a aprendizagem. O espaço de aprendizagem é aqui, em qualquer lugar; o tempo de aprender é hoje e sempre. (GADOTTI, 2005, p. 3)

Ainda pensando na mídia, Muniz Sodré (2002) acredita que o “espelho” midiático é em si mesmo um gerador de controle moral, publicitário-mercadológico e que as técnicas de verossimilhança compactuam para que esse controle seja ainda mais forte por seu caráter naturalista. John B. Thompson problematiza ainda mais a questão e reflete sobre como essa influência acarreta na transformação do “eu” - ou “*self*”.

O Self foi absorvido por uma desarticulada exibição de imagens mediadas, o self se torna mais e mais disperso e descentrado, perdendo qualquer unidade ou coerência que possa ter. Como as imagens refletidas num espelho, o self se torna um jogo sem fim de símbolos que mudam a cada momento. Nada é estável, nada é fixo, e não há entidade separada da qual estas imagens são o reflexo: na idade da saturação da mídia, as múltiplas e mutáveis imagens são o self. (THOMPSON, 1998, p. 201).

Os produtos midiáticos nas suas diferentes formas e conteúdos se tornaram parte do cotidiano de nossas vidas de uma maneira quase onipresente. Com o desenvolvimento da internet e, também, de sua crescente acessibilidade, tornou-se possível integrar meios de comunicação de massa tradicionais como a televisão e o rádio em um mesmo dispositivo, como um aparelho celular *smartphone*, por exemplo. Ou seja, é possível estar em muitos espaços – reais ou virtuais – concomitantemente pela mediação das imagens.

Esse fenômeno abre margem para que o indivíduo naturalize a recepção dessa grande quantidade de informações e de símbolos de um modo que sua percepção se torne difusa a ponto de não conseguir distinguir os múltiplos sentidos das mensagens midiáticas e, muito menos, as intenções persuasivas que as permeiam. Tudo isso é levado para dentro de sala de aula, pois não nos separamos das nossas vivências e experiências ao entrarmos em um contexto de ensino formal.

Ainda sobre o conceito de formação do *self*, Thompson, percebe que a mídia pode exercer uma influência conflituosa nos sujeitos, pois ele acredita que

Enquanto a disponibilidade dos produtos da mídia serve para enriquecer e acentuar a organização reflexiva do *self*, ao mesmo tempo a torna extremamente dependente de sistemas sobre os quais o indivíduo tem relativamente pouco controle. Isto é o que chamo de dupla dependência mediada: mais o processo de formação do *self* se enriquece com as formas simbólicas mediadas, mais o indivíduo se torna dependente dos sistemas da mídia que ficam além do controle. (THOMPSON, 1998, p. 187).

Nesse sentido, vários questionamentos vêm à tona: Até ponto essa dependência e controle gerados pelos produtos midiáticos fazem com que os sujeitos tenham consciência de si e do mundo? Será que se sentem representados na/pela mídia? Ou o reflexo da imagem midiática é tão forte que o próprio processo de formação da identidade e de autorrepresentação se torna caótico ao ponto de se perderem nesse mar de símbolos?

Gerard Duveen reflete sobre os processos de desenvolvimento das representações sociais e afirma que as

Representações são sempre construtivas; elas constituem o mundo tal como ele é conhecido e as identidades que elas sustentam garantem ao sujeito um lugar nesse mundo. Assim, ao serem internalizadas, as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece e, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo. É essa dupla operação de definir o mundo e localizar um lugar nele que fornece às representações o seu valor simbólico (DUVEEN, 1994, p. 267).

Preocupa-nos, portanto, analisar junto ao objeto de estudo, até que ponto a mídia, enquanto mediadora da relação do sujeito com o mundo e instância que o situa no mesmo, interfere nos processos de construção de representação e de formação da identidade.

Nesse ponto, Muniz Sodré, a partir de uma leitura da obra de Paulo Freire nos indica, resumidamente, um aspecto essencial das práticas libertárias defendidas pelo pedagogo, práticas que apontam para o caminho “da ‘educação para o homem-sujeito’, isto é, a experiência formativa baseada na integração do indivíduo com sua realidade histórica, com vistas ao desenvolvimento da consciência autônoma e crítica” (SODRÉ, 2012, p. 140).

Jesús Martín-Barbero acrescenta ainda que o papel da educação é fundamental para “ajudar a criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora, desajustadora da inércia na qual as pessoas vivem, desajustadora da acomodação na riqueza e da resignação na pobreza” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 134). Como pensar em uma educação que ao mesmo tempo lida por si própria com a complexidade da sociedade (economia, história, desigualdades, etc.) e ainda precisa dar conta de formar um cidadão crítico que consegue ler

a mídia, talvez esse seja um grande desafio. Talvez, um caminho para buscar essa completude seja pensar na educação e na comunicação postas lado a lado nos ambientes educacionais.

O diálogo entre os dois campos (educação e comunicação), ou seja, a educomunicação, segundo Ismar de Oliveira Soares, é construído a partir de dois axiomas:

O primeiro afirma que a educação só é possível enquanto “ação comunicativa”, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano [...] O segundo axioma afirma que toda comunicação – enquanto produção simbólica e intercâmbio/transmissão de sentidos – é, em si, uma “ação educativa”. No caso, diferentes modelos de comunicação determinariam resultados educativos distintos (SOARES, 2011, p. 17).

Sendo assim, a partir de Soares, poderíamos pensar que se a educação formal tem se distanciado dos jovens, por não ir de encontro aos seus interesses mais imediatos e não acompanhar a forma dinâmica em que as relações no mundo se estabelecem por meio da mídia; talvez a comunicação poderia ser responsável por trazer para a educação novas formas de se comunicar com esses jovens - de forma dialógica e participativa - a ponto de trazer resultados educativos diferentes do que encontramos habitualmente em nossas escolas.

A educomunicação configura-se especialmente como campo de intervenção social, e está interessada, ao se valer de instrumentos advindos de ambos os campos, na ação transformadora e libertadora que pode trazer à vida dos sujeitos.

Gente livre significa gente capaz de saber ler a publicidade e entender para que serve, e não gente que deixa massagear o próprio cérebro; gente que seja capaz de distanciar-se da arte que está na moda, dos livros que estão na moda; gente que pense com a própria cabeça, e não com as ideias que circulam ao seu redor (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 134).

Desta maneira, acreditamos que a educomunicação, enquanto práxis social, em espaços de educação formal e informal pode de fato dar espaço à transformação da consciência, da criticidade do mundo e, principalmente, da noção de autonomia e representação junto à comunidade que está trabalhando.

Educação, comunicação e cidadania

Ao retomarmos o objetivo desse artigo que é refletir sobre como a educação, a partir da compreensão do seu conceito e das suas possíveis relações com a comunicação e com a mídia, pode influenciar no processo de exercício da cidadania podemos concluir que a educação é condição essencial para a prática da cidadania, porque ela está fortemente ligada a vários pontos que tocam nossa sociedade – saúde, lazer, comunicação, trabalho, etc; e, também, está imbricada aos direitos sociais, civis e políticos.

Portanto, uma das mais importantes formas de preparar o sujeito para se relacionar com toda a complexidade de elementos aos quais estamos expostos é a educação, mas não qualquer educação, somente a educação que é comunicação, que permite diálogo, conhecimento crítico e liberdade é que consegue criar esse olhar sistêmico e capaz de enxergar as nuances que envolvem todo o sistema. Acreditamos que um dos caminhos para alcançar essa educação libertária possa ser a educomunicação, justamente por estar em interface e por conseguir discutir e problematizar de forma inovadora e próxima da realidade desses estudantes tanto as disciplinas escolares usuais quanto os temas que são tratados nos meios de comunicação e sociedade em geral. Sem a educação nos tornamos suscetíveis a acreditar em tudo que vemos e lemos e isso afeta diretamente a concretização da cidadania.

Referências Bibliográficas

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Maria Regina Zamith. **Comunicação e Educação: questões delicadas da interface**. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Institut International des Droits L'efant (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution, Sion (Suisse), 2005. Disponível em <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf> acessos em 13 maio 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

SAVIANI, Dermeval. Infância e pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org). **Infância e pedagogia histórico crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.